2ª versão + completa

TL 1329-65

COMUNICAÇÃO AS V JORNADAS DE TIMOR DA UP
ORGANIZAÇÃO POLÏTICA PARA TIMOR
- Fase de transição

POLICARPO PINA
Membro do FT(Forum Timorense)

Introdução

Estamos a dezassete anos de sofrimento e de luta. O fim não parece vislumbrar-se no horizonte. Contudo a luta pelos ideais de liberdade e independência continua sem devaneios. A esperança é inquebrantável.

Nessa luta pela Pátria, pela vida, pela dignidade de Homem que somos, muito se tem aprendido. As adversidades do dia a dia ao invés de esmorecer o espírito Mau-Bere, reaviva o seu espírito de combatividade. Hoje sabe- se que Timor-Leste é um autêntico "inferno" para os seus. As cidades, vilas, aldeias e matas tem sido autênticos palcos de atrocidades para os seus filhos. Por cada revés sofrido renasce uma nova alma, nova visão da realidade, nova filosofia política - eis a resistência. Esta, tem sabido renascer das cinzas, readaptando-se à realidade de cada momento histórico. É um autêntico "ziguezague" entre os cascalhos da pérfida máquina de morte indonésio.

Tombou NICOLAU, nasce XANANA para ahistória. Silenciado Xanana e Mau-Honu, que futuro? - Eis o desafio que apõe a qualquer timorense que vive diariamente o drama do seu povo e os desafios que se lhe põe a historia.

OS 17 ANOS DE LUTA - QUE LIÇÖES?

Passaram-se dezassete anos de luta, em circunstâncias tremendamente difíceis. Os indonésios não esperavam decerto que pudéssemos resistir tanto e por tanto tempo. Goravam-se as suas espectativas de tomar Timor-Leste em dias. Hoje não se trata de conquistar Timor em termos territoriais mas sim a conquista efectiva, política e moral do seu povo.

Uma leitura sumária da nossa história das duas últimas decadas, podemos concluir que a Indonésia tudo fez para envolver os incautos líderes políticos timorenses de alguns partidos, para a sua causa. Assim se compreende as constantes mudanças de política por parte de certos líderes da UDT que tão depressa defendiam uma independência a longo prazo para Timor, como corroborar na propaganda anti-FRETILIN da Indonésia. Nada nos impede de pensar que o golpe da UDT de 11/8/75, tenha um dedo da Indonésia, sabendo-se que a Fretilin não iria cruzar os braços perante o facto e o governo de LEMOS PIRES não iria interferir por "razões de princípios " do MFA.

De resto a história decorreu de acordo com os seus planos. Instalada a desordem, a Indonésia actuou como quis. Com a debandada prevista dos líderes da UDT, e das demais formações sem expressão, a Indonésia ainda teve o luxo de os obrigar a assinar o famoso documento de Bali vs Balibó, pedindo oficialmente a sua intervenção e a integração de Timor na República da Indonésia, mais tarde oficializada pelo "parlamento de Tim-Tim", dando um cunho legal à anexação. Quanto ao presidente da UDT, esse, foi transportado discretamente de Batugadé à Jacarta, e fazer dele o "cavalo de Tróia" da política Indonésia para Timor.

A FRETILIN assumiu-se como a fiel depositária da nossa história e dos ascentrais anseios do nosso povo. E soube ser digna dela. A firmeza de convicções e de caracter de alguns dos seus lendários líderes tornaram possível que ainda hoje Timor seja um problema político internacional ainda sem solução. Contornando todas as acusações reais ou fictícias, a Fretilin soube organizar o "seu povo" para uma luta de vida ou de morte. A expressão "Independência ou Morte" assume em Timor-Leste contornos dramáticamente reais. Afinal não era uma expressão académica, como suporiam os generais indonésios. Sujeitos a um verdadeiro genocídio, o povo de Timor-Leste vs Fretilin, continua firme na luta pelos seus ideais de independência. Recordando NICOLAU LOBATO, "a luta que travamos em TL é uma lutade morte"- palavras de um Homem. Palavras de heroísmo sem paralelo continuam a chegar até nós da martirizada Pátria Mau- Bere. Recordando Xanana, "a minha luta é superior à minha própria vida".

Sabendo tratar-se de uma guerra desigual, a Fretilin soube com inteligência conduzir a luta, levando à sua internacionalização. De tal forma que TL se transformou hoje no maior incómodo da Indonésia. Esperamos concretizar-se a versão de David e Golias em pontos nacionais.

Apesar das reconhecidas virtudes da Fretilin, que nos honra e orgulha, esses duros dezassete anos de história não estavam isentos de erros. Enquanto defensores intrangigentes e coerentes da nossa independência, podemos arriscar (sem ferir suceptibilidades de outras formações) que a Fretilin reuniu o consenso da generalidade do povo de Timor. A luta pela independência teve por acaso o nome de Fretilin; poderia ter sido outro. Sabemos que a caminhada para a independência é sinuosa. Quando numa dada etapa da nossa luta a Fretilin se circunscreveu à condição de partido M-L, estreitou os seus horizontes e limitou a sua base de apoio. De Fretilin de todos nós, passou a ser apenas a Fretilin de alguns.

A Indonésia aproveita-se e enceta, não sem orgulho, ofensivas políticas e diplomáticas em defesa da sua velha tese: - "Estamos em Timor para combater o comunismo". Escuda-se por detrás do anti-comunismo para levar a morte ao indefeso povo de Timor; chacina aldeias inteiras a

coberto da perseguição aos "comunistas Fretilins"; mata à fome crianças e idosos nas conhecidas operações de cerco e aniquilamento, obrigando-os a percorrer kilómetros sem fim, sem pão nem abrigo, à procura do "fantasma Fretilin". Se a Fretilin "ML" apenas estava na cabeça de alguns, a Fretilin patriótica e independentista estava em toda a parte. Era como se obrigasse um homem a capturar a sua própria sombra, em troca da vida.

As nossas mães e as nossas irmã são violadas em público. Muitas não puderam procriar em nome de um pretenso "programa de planeamento familiar."Já não basta matar com armas ou privação de alimentos; mata-se por esmagamento moral e psicológico. Mata-se onde a vida começa. É o genocídio em marcha. "Ser Mau-Bere é uma verdadeira ameaça para a Indonésia!" As razões dessa ameaça é a simples aspiração à liberdade, por isso, mais pesa na consciência dos Homens. Qual inferno, qual Bósnia-Herzegovina.

Mas, para nós timorenses, enquanto há vida há esperança. Enquanto houver timorenses, um só que seja, com o sangue Mau-Bere nas veias, a luta pelos nossos direitos, continua. A marcha pela independência está num ponto sem retorno. A vida gera consigo capacidades infinitas de sobrevivência e não há-de ser a Indonésia a negá-las.

Reconhecemos a tese de que com a nossa "ingenuidade" abrimos a porta à Indonésia; com a nossa "ingenuidade", "demos argumentos" para que a Indonésia chacine os nossos irmãos, perante a serena passividade do mundo inteiro, ainda condicionado pelos efeitos da guerra fria. A melhor escola da vida é a própria vida mas, infelizmente, tenhamos que aprender à custa da morte de milhares de inocentes.

A orientação da direcção da luta do interior da Pátria é clara. Lutamos e morremos em Timor pela nossa independência, pela edificação da Pátria. Enquanto tal, a tarefa compete a todos os filhos de Timor, onde quer que estejam, o que quer que façam. Genialmente Xanana Gusmão emerge da Fretilin para assumir a liderança nacional de luta. Não tem sentido conferir a um só partido o ónus da libertação da Pátria. O povo anónimo que luta e morre em Timor-Leste, fá-lo como timorense, movido pelo ideal patriótico e não partidário.

Se académicamente a Fretilin poderia assumir-se como sinónimo de independência nacional e continuar com êxito a condução da luta até à auto-determinação, na prática não deixaria de antever profundas clivagens na futura sociedade timorense. Um partido é sempre expressão de alguns e nunca de todos. As forçadas opiniões de partidos nacionais e únicas têm sempre um pendor inconfessável de totalitarismo, o que não queremos para Timor. Assim, as realidades de luta no terreno, o reconhecimento e o assumir dos erros do passado, a nova postura política da UDT no exterior, obri-

garam a que no interior da Pátria se procurassem novas estratégias de luta que englobassem todos os timorenses.

A criação do CNRM (Conselho Nacional de Resistência Maubere) é a resposta às exigências da nova realidade. Ele representa a direcção, o comando da luta da resistência nacional timorense. É a expressão da vontade nacional na luta pela independência e edificação da Pátria. O CNRM é apenas a luz que vai à frente e nos alumia. No CNRM devem estar compatriotas competentes e capazes de conduzir a luta até ao fim, não importando a sua cor ou simpatias políticas. Toda a estratégia político/partidária deve estar submetida à estratégia nacional de luta conduzida pelo CNRM. É uma questão de prioridade. Numa altura tão sensível em que é urgente unir todas as forças nacionais em torno de objectivos comuns, desviar energias no terreno para trabalhos partidários é, no mínimo, não compreender a essência da nossa luta. Por isso, repudiamos as desajustadas e irresponsáveis críticas ao comandante Xanana Gusmão, acusando-o de pretender aniquilar a Fretilin. A Fretilin tem de facto uma história gloriosa que nos honra e orgulha mas, saber adaptar-se às realidades históricas e saber submeter o interesse partidário ao interesse nacional é uma questão de lucidez política. A Fretilin só tem a ganhar com isso. Contrariar esse facto é fazer o jogo do inimigo, é prolongar o sofrimento do nosso povo, é criar condições para futuras guerras fraticidas entre os timorenses.

Não queremos a somalização de Timor; Não queremos repetir Angola e Moçambique.

O CNRM é o ponto de partida para a criação de confiança entre os timorenses; para o respeito pelas diferenças; o respeito pelas liberdades de opinião, expressão e de associação. Ele exprime a unidade de objectivos na diversidade social e cultural que somos como povo. Em suma, aprendermos a ser tolerantes, democratas. Eis o que preconizamos para o futuro de um Timor-Leste independente; uma sociedade livre, tolerante, capaz de trilhar em harmonia, os caminhos do progresso e do desenvolvimento.

A SITUAÇÃO, HOJE

XANANA GUSMÃO trouxe uma nova alma e uma nova dinámica à luta. Compreendeu que a resistência em T-L é obra de todo o povo, independentemente das suas cores políticas ou partidárias. Hoje qualquer timorense entende e o mundo vai compreendendo aos poucos a diferença entre a Resistência e os partidos políticos (nomeadamente, a Fretilin e a UDT) e a diferença entre a CNRM e as cúpulas partidárias.

Hoje, todo e qualquer timorense que se opõe à presença Indonésia e luta pela independência da sua Pátria, é um resistente, seja ele de que partido for. Enquanto tal, têm no CNRM a direcção máxima da condução da luta.

As particularidades da nossa luta fazem com que as componentes interna e externa sejam indissociáveis, mas com realidades completamente distintas:

- No interior da Pátria nota-se uma resistência organizada e disciplinada, sob o comando do CNRM. O tempo é de acção e não se perdem tempo com formalidades em fazer-se representar no CNRM partidos A, B, ou C. É genericamente aceite entre todos os nacionalistas timorenses que a CNRM é um orgão nacional e suprapartidário, surgida como resposta às circunstâncias particulares da guerra em Timor-Leste. As mesmas circunstâncias obrigam que este Conselho Nacional seja o orgão máximo de luta, que traça orientações e define estratégias até à libertação da Pátria. É óbvio que todo e qualquer organição político partidária não deve colidir as suas estratégias às estratégias nacionais defenidas pelo CNRM. Em Timor, os jovens não conhecem a Fretilin ou a UDT, conhecem o CNRM.

- No exterior imperam as organizações partidárias. A Fretilin e a UDT são partidos históricos cuja existência não podemos ignorar. Graças à clarividência de Xanana, constatamos hoje com satisfação que a UDT vê nele, também, o seu líder. São os ventos da mudança, o espírito da unidade nacional em movimento. Contudo, as direcções partidárias , por egoísmo ou estratégias pessoais de poder, teimam em não se entenderem. Esboçou-se uma convergência nacional (Fretilin/UDT) que não passou de letra morta. As razões importa aos timorenses analizarem.

A colisão dos interesses partidários com a política de interesse nacional representada pelo CNRM fez com que o comandante Xanana Gusmão fosse obrigado a nomear um representante especial do CNRM no exterior. O trabalho desenvolvido é a todos os títulos meritório. A dedicação, a coragem e a inteligência postos ao serviço da causa merecem de todos nós respeito e admiração. Discreta e eficientemente vai montando em pontos chaves do globo, estruturas simples e funcionais de modo a dar uma resposta pronta e eficiente às exigências da luta. A acção do CNRM conseguiu já conquistar a simpatia da generalidade dos timorenses no exterior. Hoje o CNRM, dispõe já de uma base de apoio real.

Perante o divórcio das forças partidárias e o comando da luta de resistência representado pelo CNRM, parece-me legítimo questionar, que fazer? Vamos continuar impávidos a assistir que os esforços da unidade nacional sejam constantemente defraudados por dirigentes partidários que insistem em permanecer agarrados ao passado? O futuro da luta depende da acção de nós timorenses. O futuro exige uma efectiva unidade na luta. Só unidos podemos apresentar créditos ao mundo nesta fase de mobilização das consciências para a nossa causa.

Quando apelamos à unidade em torno do Conselho Nacional de Resistência não significa desejar o fim dos partidos. Eles têm a sua dinâmica

própria e devem contribuir com elas para o reforço da unidade nacional. Não devem é substituir, tão pouco sobrepor os seus interesses aos superiores interesses da nacão. Por isso congratulamo-nos com os esforços da reestruturação da UDT e esperamos que com a realização do seu congresso já previsto, venha a resolver o problema da sua actual presidência, uma aberração de que em nada nos dignifica.

Saudamos igualmente, os esforços de compatriotas com sentido de história e lucidez política que se esforçam por reestruturar a delegação da Fretilin no exterior. É tempo de fazer com que a Fretilin seja de novo uma organização virada para a comunidade e não fechada sobre si mesma.

Apelamos para que tais reestruturações não se cindam apenas na mudança de "caras" neste ou naquele posto. Esperamos que elas sejam o ponto de partida para a criação de uma verdadeira representação do CNRM no exterior.

A realidade no exterior aconselha-nos a que, a estruturação de uma representação do CNRM deva reflectir as forças políticas, partidárias e independentes e as forças de opinião que reflictam os interesses da sociedade timorense. Organizá-lo como 3ª força à margem das sensibilidades políticas é adiar o problema de fundo dos timorenses, é adiar a verdadeira unidade na acção, é manter o "status quo". É dar liberdade à acção daqueles que constantemente destroem o trabalho sério e honesto por Timor.

O CNRM é já de si um órgão de unidade nacional. A ser estruturada ela passaria a ser o representante legítimo, o único porta voz da Resistência no exterior e assume em plenitude a herança da luta diplomática.

Partir para um Conselho de Unidade Nacional, a ser formado entre o CNRM e as formações políticas históricas (Fretilin e UDT), tal como sugerem alguns compatriotas, seria desvirtuar o espírito do CNRM, é colocar o CNRM ao nível dos partidos, é inverter a leitura da realidade nacional.

Se não conseguirmos a compreensão e a colaboração das forças políticas partidárias, partiremos então para outras soluções que a realidade nos aconselhe. O drama que nos toca é tão profundo que merece o empenhamento de todos os verdadeiros filhos de Timor. TIMOR não pode esperar.

Estamos numa fase em que a unidade é imprescindível para o despertar das consciências a nível mundial se quisermos ganhar as duras batalhas políticas que se avizinham.

TIMOR-LESTE, QUE SOLUÇÃO?

Quando em 1975 levantamos em armas para defender os nossos direitos, fizemo-lo como uma das expressões da nossa vontade de sermos livres e independentes; fizemo-lo como a máxima expressão de repúdio a uma imposição de cidadania que, em liberdade regeitamos.

A direcção da Resistência sempre declarou que TL é um problema político, e a sua solução deverá ser por esse facto, uma solução política.

Hoje, o problema está sob a alçada da ONU, e compete a esse organismo encontrar uma solução internacionalmente aceitável para o conflito.

TL é um problema onde se confrontam os interesses económicos e de expansão territorial, por um lado, e o problema de Direito Internacional e de consciência humana, por outro. Acreditamos que, encontrar um ponto que satisfaça todas as partes num conflito dessa natureza não é fácil. Todas as partes envolvidas (Portugal, Indonésia e timorenses), devem ter consciência de que nesse conflito não pode haver vencedores nem vencidos. O governo da Indonésia não pode continuar a ignorar os apelos internacionais, sob pena de precipitar o seu julgamento pelo seu próprio povo. É que a honra e o orgulho nacional são sentimentos que não se dissociam do cidadão. Por outro lado, a comunidade internacional não pode jamais ignorar esse conflito, sem se empenhar na busca de uma solução aceitável, sob pena de criar um precedente de consequências incalculáveis.

A Resistência já fez saber em várias ocasiões que se o povo de Timor, em liberdade e sem coacção de qualquer ordem, escolher livremente a sua integração na Indonésia, jamais teria sentido a manutenção do conflito.

Neste contexto, parece defenido uma perspectiva de solução, que passa obrigatóriamente pela comunidade internacional, e vai de encontro às múltiplas resoluções da ONU sobre a questão. Assim, devemos:

- Desenvolver acções que visem incrementar o despertar das consciências a nível mundial; pode a sociedade civil, por intermédio dos seus artistas, escritores, pintores, cantores, escultores, etc., desenvolver um trabalho importante neste domínio;
- Persistir nos imprescindíveis trabalhos diplomáticos específicos junto de governos e foros competentes, levando-os a convencer a Indonésia de que o referendo é a única via capaz de pôr termo em defenitivo ao conflito;
- O realismo aconselha-nos a que, a concretizar-se o referendo, dever-se-ia optar por um plano 0 (zero), (a denominação não é importante!), na base do qual nem Portugal nem a Indonésia deveriam assumir responsabilidades na sua condução. Assim:
  - . Proceder à retirada dos militares indonésios por um período de 6(seis) meses, e a sua substituição por um contingente de manutenção da ONU;
  - . Nomeação de um Alto Comissário da ONU para Timor, com funções de governo, por um período de 2 a 3 anos, com a missão de:

a) Travar o fluxo de transmigração;
b) Criar soluções aceitáveis para os indonésios transmigrados em Timor;
c) Recenseamento populacional de Timor (só timorenses), dentro e fora do território, e elaboração do caderno eleitoral;
d) Criar condições para um REFERENDO, para o qual os timorenses serão chamados a escolher entre duas hipóteses:
   ☐ - Integração na Indonésia.
   ☐ - Independência
e) Rigoroso controle das actividades de propaganda política durante o período que antecede o referendo, e garantir a isenção de qualquer tipo pressão ou coacção sobre os votantes;
f) Garantir a paz e a segurança;

Conhecidos os resultados e o seu reconhecimento internacional, proceder-se-á a transferência de poderes aos vencedores (Indonésia ou a Resistência Nacional Timorense).

Se o voto pela Independência for maioritário (como esperamos!), pensamos que a Resistência Timorense e Portugal deverão em conjunto encontrar formas que permitam a conclusão da descolonização, entretanto interrompidas. Pensamos que a partir de então, Portugal deverá nomear um Alto Comissário para Timor, que presidirá o governo de transição, durante um período a acordar entre as partes. Caberá a Portugal a responsabilidade de pastas chaves como a dos Negócios Estrangeiros, Defesa e Finanças. Caberá ao governo provisório a criação de infra-estruturas sociais e económicas para um Timor-Leste Independente.

Há a acrescentar que, no nosso entender, as razões de história obrigam-nos a pensar que no âmbito da ONU se deverá encontrar formas que obriguem a Indonésia e Portugal a coresponsabilizarem-se pela reconstrução nacional do território, durante a fase de transição e nas primeiras décadas da independência.

Caberá ao Alto Comissariado Português, nos dois primeiros anos, criar condições para:

- Legalizaão dos partidos políticos;
- Eleição de uma Assembleia Constituinte, que tera responsabilidade de apresentar a Carta Constitucional do futuro país no prazo de um ano;
- Preparação das eleições Legislativas e da Presidência da República, de acordo com a Constituição;

A proclamação oficial da Independência de Timor-Leste será efectuado de acordo com o previsto na Constituição.

Lisboa, Julho de 1993